



ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portaldeperiodicos.capes.gov.br/)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Thoreau e a vivência filosófica no contexto da moralidade

Thoreau and the Philosophical Experience in the Context of Morality

DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2680

ARK: 57118/JRG.v8i19.2680

Recebido: 08/11/2025 | Aceito: 15/11/2025 | Publicado on-line: 16/11/2025

Marcio Serpa¹

<http://lattes.cnpq.br/2431498271949980>
Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, Brasil.
E-mail: marcioserpa81@gmail.com



Resumo

Viver a simplicidade e a resistência ao governo são como preceitos da existência de Henry David Thoreau. A conduta cuja proposta é o envolvimento com a natureza selvagem faz com que sua obra espelhe vivências e significados para além do óbvio. A consciência inalienável é o imperativo pelo qual Thoreau pauta sua atividade intelectual e cunha um dos termos mais significativos para a ciência política: a desobediência civil. Busco neste trabalho indicativos de que, em Thoreau, vida e obra são partes de uma mesma situação: a vida com simplicidade cujo agir com consciência se encerra dentro de um contexto moral.

Palavras-chave: Henry David Thoreau; Walden; Desobediência Civil

Abstract

Living simply and resisting government are like precepts of Henry David Thoreau's existence. His conduct, which proposes engagement with wild nature, causes his work to reflect experiences and meanings beyond the obvious. Inalienable conscience is the imperative by which Thoreau guides his intellectual activity and coins one of the most significant terms for political science: civil disobedience. In this work, I seek indications that, in Thoreau, life and work are parts of the same situation: a life of simplicity whose conscious action is enclosed within a moral context.

Keywords: Henry David Thoreau; Walden; Civil Disobedience

¹ Mestrando em Filosofia pela UFFS (2025). Diretor do filme "Benzedeiras" (em produção através de edital do governo do Estado de Santa Catarina e do Governo Federal - PNAB - 2025); Palestrante no 1 Colóquio de Estudos Thoreauvianos no Brasil, na UFSM (2024); Possui graduação em FILOSOFIA pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó (2004).

Introdução

A jovem nação Americana, cujos princípios de liberdade cada qual trazia consigo enquanto um preceito de conduta, instiga Henry David Thoreau a viver intensamente esta condição. Ele leva ao extremo o imperativo da liberdade e justifica sua conduta alegando que a América é uma promessa de vidas livres e soberanas. O fato de considerar que tal promessa não foi cumprida ou não se efetivou, é grande parte de seu empreendimento filosófico e de conduta pessoal, o que em Thoreau é uma só coisa. Tratar de vivência filosófica é tratar da vida em si em Thoreau, e o contexto da moralidade são os princípios do qual ele não abre mão, adotando uma obrigação de conduta enquanto pessoa e depois enquanto cidadão.

Esta conduta que coloca a pessoa em primeiro plano e o cidadão somente após a efetivação da plenitude da individualidade da vida, é um preceito moral que Thoreau passa a vida defendendo.

Não há propriamente uma obra em Thoreau que trate de sua filosofia, diferentemente da tradição filosófica. Neste autor, os escritos autobiográficos e sua própria conduta diária são fundamentos daquilo que ele escreve. As conferências e ensaios são relatos profundos de vivências e posicionamentos morais de uma conduta onde as questões de filosofia, política e natureza, estão na pauta de suas vivências.

Para situar o pensamento moral e político deste autor é fundamental compreender como ele viveu e se comportou na pequena Concord do século XIX, bem como entender como seus escritos ainda motivam movimentos sociais e políticos por todo o mundo.

Henry David Thoreau nasceu em 1817 e morreu aos 44 anos, em 1862, na pequena cidade de Concord, estado de Massachusetts. Ele foi o terceiro de quatro filhos de John Thoreau e Cinthya Dunbar. Tinha um irmão chamado John Jr. e duas irmãs: Helen e Sophia. Eram o que podemos chamar de classe média modesta, descendente de franceses huguenotes pelo lado paterno.

Formado em Harvard, no que podemos chamar de “humanidades”, Thoreau trabalhou como professor, fabricante de lápis e agrimensor. Abriu uma pequena escola com seu irmão John, a Concord Acadmy, onde aplicava métodos pedagógicos avançados para a época, abolindo castigos físicos para estudantes e abrindo espaço para observações da natureza com aulas ao ar livre. O trabalho como fabricante de lápis foi uma interferência notável no empreendimento familiar. Evidentemente que havia adquirido em Harvard conhecimentos gerais e depois amplificou seus estudos, o que lhe proporcionou a criação de um grafite altamente resistente. Tal invento foi responsável por alavancar as vendas e a fábrica cresceu de forma notável.

Como agrimensor Thoreau se realizava profissionalmente. Difícil aqui ter que mencionar uma profissão em detrimento das diversas atividades que ele realizava, como investigações no campo da biologia², e seus estudos sobre maçãs selvagens. Mas era como agrimensor que ele interagía profissionalmente e com maior intensidade diante de seus vizinhos. Nestes trabalhos era remunerado por fazer o que gostava: andar por pântanos, campos e pradarias.

Para seus contemporâneos, o grupo dos transcendentalistas norte-americanos, Thoreau era mais uma figura amigável que um intelectual de prestígio, como foi o caso da interpretação de Emerson acerca de sua vida.

Ralph Waldo Emerson, amplamente conhecido pelo seu famoso ensaio *Nature*, foi um dos mais notáveis intelectuais americanos. Ao mudar-se por acaso para uma residência próxima da família de Thoreau, tornou a pequena Concord da época um reduto de erudição.

² O termo evidentemente é um anacronismo cujo objetivo é ilustrar.

É fundamental notar a relação estreita entre Thoreau e Emerson e o grupo de transcendentalistas. O pensar de Thoreau e sua ação cotidiana se embrenhavam em uma visão transcendental de filosofia. Uma importante ilustração deste fato está no ensaio *Vida Sem Princípio* que para Jaime Becera Costa, da Universidade de Minho, Portugal, neste ensaio Thoreau esclarece questões de grande relevância filosófica e nos diz muito sobre sua vida: “o valor adequado das coisas, em relação à nossa própria natureza de seres humanos, aquilo que os gregos denominavam *oikeon*, termo etimologicamente ligado à palavra economia e que não será outra coisa senão a gestão daquilo que é essencial à vida do dia a dia (AGORA. 2015 p.92)”.

A relação com Emerson que trago aqui de relance foi fundamental para o pensamento de Thoreau. Seria uma dificuldade superlativa, ou um caminho impossível de se trilhar, deixar de considerar a relação entre estes dois pensadores.

Se Emerson foi um autor de prestígio e chegou mais longe que Thoreau em números de leitores quando vivo, Thoreau viveu a filosofia com maior intensidade. Afinal de contas, para a maioria das pessoas, uma coisa é pensar, outra é viver intensamente o que se pensa. E para Thoreau, pensar e viver fizeram parte de uma mesma proposta de conduta.

A casa de Emerson era um reduto intelectual. Thoreau aproveitava a biblioteca do mestre e se tornou amigo da família, sendo muitas vezes, um auxiliar para todo tipo de serviços, como jardinagem e pequenas reformas. Tudo isso, em síntese, para além da amizade com a família, ter acesso aos vastos títulos que estavam a disposição na casa de Emerson.

Viva: Thoreau no verbo imperativo

No *Resistência ao Governo Civil*, Henry David Thoreau ilustra muito de sua filosofia política e seu posicionamento moral, com um modo que lhe é peculiar: a retórica. Trazer para a pauta questões que em um dado momento de sarcasmo parece um elogio ao governo americano e sua constituição: “Analisada de um ponto de vista inferior, a Constituição, com todos os seus defeitos, é muito boa; a lei e os tribunais são muito respeitáveis; mesmo este Estado e este Governo Americano são, sob muitos aspectos, bastante raros e admiráveis, como muitos já o descreveram, e podemos ser gratos a eles (THOREAU. 2011. p50)”.

Em outro momento, já ausente de sarcasmo, Thoreau observa a relação individual com o Estado e o governo e nos instiga a *resistência*: “Porém, analisados de um ponto de vista um pouco mais elevado, eles são exatamente aquilo que descrevi, e, vistos de um lugar ainda mais alto, do topo mesmo, quem poderá dizer o que eles são ou que merecem ser apreciados e ser objeto de nossos pensamentos? (Idem. P55)”. Nesta passagem Thoreau questiona se realmente o Estado deveria ter um lugar em nossos pensamentos. Esta colocação é compreensível na medida em que, exposto a importância do Estado, este deixa de cumprir o seu papel em muitas situações, e se torna indigno até mesmo do pensamento dos homens. A referência é, principalmente, devido a escravidão, a promoção de guerras e ocupação de territórios estrangeiros.

É nesta medida onde impera a moralidade no pensamento de Thoreau. Há uma relação estreita entre assumir uma *admiração* ao Estado e ao governo (americano), e observar a vida de um ponto um pouco mais elevado, e perceber a necessidade de resistir aos diversos fatos que tornam esse mesmo governo relapso e indesejável, ou, na linguagem de Thoreau, inconveniente.

Assim, o elogio ao Estado e sua Constituição não passam de um olhar vago e de um ponto de vista superficial. Para Thoreau, os *operadores* do Estado e seu

governo estão envolvidos com os procedimentos da administração política e da operacionalização da justiça que não conseguem perceber com nitidez o que se passa institucionalmente.³

O elogio ao Estado Americano está condicionado a uma esperança de que, se fosse melhor gerido, a nação Americana com sua constituição poderia ser singular e representar algo grandioso. A Constituição Americana seria, ao olhar de Thoreau, uma referência. Ou melhor, o Estado Americano foi uma promessa de nação com uma constituição favorável a um estado razoável. Mas, segundo Thoreau, não passou disso.

Falam de uma sociedade em movimento, mas fora dela não têm nenhum lugar para descansar. Podem ser homens de certa experiência e discernimento, e sem dúvidas inventaram sistemas engenhosos e mesmo úteis, pelos quais sinceramente lhes agradecemos. Mas todo seu engenho e utilidade situam-se dentro de limites não muito amplos (THOREAU. 2011. p51).

Estes limites estreitos, ou como na citação, limites não muito amplos, a referência é clara a um modo de vida conivente, em que ser cidadão se torna o principal objetivo de vida. Para Thoreau, isso está próximo do deplorável. Pois, a submissão ao Estado é uma forma de vida miserável, uma vez que implica aceitar aberrações e atrocidades cometidas por este. Evidentemente que ao se posicionar desta forma, Thoreau tem em alto preço o massacre dos povos originários americanos, bem como o ímpeto do governo em invadir e saquear territórios de outras nações.

Viver, para ele, é tomar posição. E tal posição não está encerrada dentro dos limites da conveniência. Embora a conveniência, como vou tratar adiante, seja algo que em certa medida pode ser útil ao funcionamento social, ela não está no patamar da moralidade. E a vida, para Thoreau, é a conduta moral desimpedida de amarras.

A visão de mundo e as interações nele construídas, apesar de não ser uma função inerente a natureza da pessoa, é uma obrigação a tomada de posição. Se por ação ou omissão se faz ou deixa de fazer, tanto uma quanto outra são necessárias ao viver humano.

Reconhecer a grandiosidade da nação americana sem levar em conta o massacre dos povos ancestrais, não é uma proposta de civilidade. Para Thoreau, a vida deve conter o mais genuíno anseio de plenitude.

Este viver moral de Thoreau é um empreendimento singular e um tanto arriscado, pois, ao atingir extremos de condutas, como é o caso de reconhecer no indivíduo um poder superior e independente, do qual todos os outros poderes são derivados, ele apela para uma visão cujo otimismo dificilmente pode ser vislumbrado.

Sua postura de conduta que despreza o trabalho em fábricas cujos objetivos são puramente geração de lucros materiais, e a exploração da natureza para fins descontrolados de ganhos financeiros, e, por outro lado, o Thoreau que traz elementos significativos para se pensar a política e a sociedade com suas relações de governos, são fatores com um certo grau de dificuldade para se considerar. No entanto, não há outro caminho a não ser estas peculiaridades, para a compreensão que, em Thoreau, viver, é um princípio de filosofia contido em um contexto moral.

E é neste patamar que Thoreau constrói sua crítica e firma sua *resistência* em relação ao governo. O proceder nesta situação é certamente singular. Para ele, é um abismo a limitação da maior parte dos homens, que lhes impossibilitam de cuidarem

³Esta passagem mostra, segundo Thoreau, as limitações do Estado.

do Estado. Mas não é somente uma questão de má gestão. O ponto aqui é de maior amplitude: a moralidade determina a ação e a interação de modo complexo, e, para entender o posicionamento de Thoreau em relação a *resistência* ao Estado e seu governo, é necessário observar o modo de vida singular que o autor de *Walden* se propôs, e sua filosofia moldada em grande medida junto do movimento Transcendentalista.

Filosofia nas margens do Lago Walden

Sua mudança em 1845 para a floresta, onde construiu uma cabana na beira do lago Walden⁴, evidencia sua relação com a natureza e sua forma de ver o mundo. Forma esta que o torna singular, difícil de se traçar paralelo com outros pensadores e o que nos coloca na condição de observarmos sua postura diante do mundo para compreendermos sua obra.

No ambiente a beira do lago, Thoreau mergulha em uma reflexão sobre a própria vida e escreve em diários para não sucumbir em um desespero silencioso. É deste contexto que nasce sua obra-prima.

O propósito filosófico de Walden, que a grosso modo retrata sua estadia na beira do lago, segundo Bob Pepperman Taylor (2020. p05), segue dois caminhos: o primeiro é a marcante preocupação de Thoreau com o caráter de seus vizinhos, o que o liga a uma antiga tradição sobre a natureza humana com suas relações políticas democráticas; o segundo é pensar a relação das pessoas com a natureza. Ambos caminhos são pertinentes ainda hoje. Estes caminhos inter-relacionados, de acordo com Taylor, são fundamentais para se compreender a estadia de Thoreau na floresta.

Ao tempo de refletir sobre o caráter de seus vizinhos e suas relações com a natureza, Thoreau nos coloca a disposição reflexões acerca de modos mais satisfatórios de se viver. As relações entre as pessoas e a compreensão da ordem natural que nos rodeia é peça fundamental para a existência de sociedades democráticas.

Taylor considera ainda as crises atuais de governos e possíveis colapsos na preservação ambiental e justifica Walden como elemento fundamental para compreendermos a estreita ligação e dependência do cidadão com a natureza e suas implicações morais.

A satisfação pessoal da vida e o bem público são questões que norteiam para um distanciamento do desespero privado e da irresponsabilidade pública (Taylor 2020).

Conforme intérpretes contemporâneos, principalmente após Cavell, a escrita autobiográfica de Walden é carregada de senso político e moral. É um livro que sintetiza a filosofia prática de Thoreau, e justifica o imperativo do dever contido na *Resistência ao Governo Civil*.

O artigo de Thomas L. Dumm sobre *A solidão de Thoreau*, nos permite ver a amplitude e o compromisso moral de Thoreau em relação a sua obra e a prática diária da vida:

⁴A referência que faço aqui sobre a mudança de Thoreau para beira do lago Walden, bem como os notáveis argumentos contidos na obra *Walden, ou a vida nos bosques*, estarão presentes com mais detalhes ao longo deste trabalho. Em idas e vindas, o tema Walden ganha esclarecimentos mais nítidos em relação, ora a conduta política de Thoreau, em outras por motivos de moralidade transcendental, e ainda em situações de reflexões sobre a *Desobediência Civil*.

As perguntas dos habitantes da cidade a Thoreau dizem respeito à fome, à solidão, ao medo e a outros fenômenos que podem estar relacionados com eles de uma forma ou de outra. Suas perguntas estimulam seu teste de experiência, que é o que ele chama de experimento de vida. O próprio livro constitui o núcleo da sua resposta aos cidadãos de Concord, uma cidade que ele considera um dos lugares mais importantes do mundo e, na verdade, um substituto do próprio mundo. Se Thoreau responder com sucesso às perguntas de seus concidadãos, ele fornecerá uma resposta para todos aqueles que desejam viver (DUMM. 2012. p321)⁵.

Além da resposta aos habitantes de Concord acerca de fome, solidão e medo, Thoreau busca na beira do lago fazer uma conta: quanto custa viver. A primeira vista a conta parece não ter fundamento. Porém, ao calcularmos, nos embrenhamos em um problema fundamental que perpassa o tempo, uma simples conta pode ser apenas o começo para uma questão imprescindível a vida individual e coletiva. Onde pode terminar a busca quantitativa por riquezas? Em que consiste a riqueza verdadeiramente? Quais as reais necessidades para a vida humana?

Estes questionamentos nos conduzem a pensar sobre o posicionamento moral e social dos indivíduos. Quando Thoreau compra um casebre para retirar madeiras e reaproveitá-las na sua cabana, ou, quando pede a um vizinho um machado emprestado para cortar madeiras estruturais para seu empreendimento, ele mostra um caminho a seguir e viável para uma das coisas mais fundamentais ao ser humano: a construção de um abrigo. No caso do empréstimo do machado, a justificativa de Thoreau é inusitada: pedir o machado ao vizinho é dar-lhe a oportunidade para, de alguma forma, contribuir com a edificação de um plano e tornar a proposta pública.

Muito em Thoreau pode ser sintetizado em *cálculo e simplicidade*. Ao calcularmos quanto custa viver teremos números de nossa própria subsistência, números que subscrevem a vida das pessoas e justificam os modos de funcionamento da sociedade.

A busca por riquezas, o acúmulo de propriedades, o ritmo de trabalho, são contas em abertas que necessitam de atenção.

O envolvimento com esse cálculo para Thoreau foi uma forma de abrir sua contabilidade para os habitantes de Concord e mostrar outros rumos possíveis para se viver. Não foi apenas a construção de uma cabana, uma plantação de feijões, um observar o lago em diferentes estações. Foi, antes de tudo, uma vivência que questionou a conduta de cada ser humano, partindo de sua própria conduta, e contabilizou o empreendimento de sua ausência da cidade em um manual de vida.

O feito da mudança para a cabana considerou a interpretação de que as pessoas vivem com liberdades restritas, mesmo diante de um sistema democrático que poderia ser visto como referência. Ele percebe o desespero silencioso das pessoas, mergulhadas profundamente em trabalhos, escravas de um sistema de produção que reverencia o tempo como referência para acúmulo de inutilidades, e propõe uma conta diferente para a vida. Thoreau mostra sua contabilidade para o mundo. O mundo, neste caso, é a pequena Concord. No entanto, da pequena vila de onde ele fala, o eco ressoa para o mundo. Sua contabilidade mostra números e modos de ajustarmos as contas com a vida; mostra que a desigualdade que assola o sistema,

⁵The townspeople's questions to Thoreau concern hunger, lonesomeness, fear, and other phenomena that may be related to them in one way or another. Their questions prompt his test of experience, which is what he calls his experiment in living. The book itself forms the core of his response to the citizens of Concord, a town he considers one of the most important places in the world and, in fact, a surrogate for the world itself. If Thoreau successfully answers the questions of his townsmen, he will provide an answer for all those who wish to live.

com alguns tendo muito e outros vivendo na indigência, pode ser uma questão de ajustes de cálculos.

Estes cálculos servem a muitos propósitos, mas, um em específico é melhor trabalhado em Walden⁶. O cálculo econômico, o custo de vida e o tempo despendido na busca pelos meios de sobrevivência. “Economia” é o título do primeiro capítulo de Walden, que ocupa quase um quarto de todo o livro e que nos conduz a pensar sobre *simplicidade*.

Simplicidade é o termo adotado pelo autor para ilustrar sua experiência de vida. Tal termo não se restringe apenas a economia doméstica, a consumir com responsabilidade e se desfazer dos exageros. Simplicidade em Walden é um preceito para viver. É uma forma de exercer a vida com dignidade não se sobrecarregando de coisas desnecessárias. É também uma das formas de amenizar o desespero silencioso em que as pessoas vivem.

Thoreau considera a *simplicidade* um contra ponto ao ritmo frenético de trabalho incansável e desolador de uma sociedade que acumula desnecessariamente. Para ele, riqueza é mensurável em valores, mas não em moedas. Tais valores podem significar quantidades de tempo e vida. Mais rico é a pessoa que pode abrir mão de uma quantidade maior de coisas. Quanto menos dependente de bens e materiais, maior é a liberdade. E esta liberdade está contida dentro de uma vida de simplicidade, de desapego e de percepções reais do valor da natureza enquanto promotora de vida.

A famosa e ainda usada frase “ganhar a vida”, para Thoreau, não passa de um “perder a vida”. A busca por bens materiais é, em muitos casos, um perder-se no caminho. Quanto tempo uma pessoa precisa trabalhar para conseguir viver uma vida simples? Nos cálculos de Walden, apenas algumas semanas por ano. Ou seja, viver com simplicidade é estar mais próximo da liberdade e a sobrevivência passa também a ser um passa tempo.

De outra forma, o ritmo do trabalho na busca por capital é uma ação contrária a vida. Para Thoreau, a riqueza é supérflua e, com ela, só podemos comprar coisas supérfluas. Buscar riqueza é um desperdício de tempo, algo trivial e em desacordo com a natureza das coisas.

Quando se fala em trabalho e produção de riqueza, como em Walden, está fundamentado no ensaio *Desobediência Civil*, como um modo de gerar desigualdades e injustiças sociais. A busca por riquezas é inerente ao envolvimento institucional, e, por decorrência disso, uma alienação junto ao Estado.⁷

Fazer sua contabilidade privada, como é o caso da experiência do lago Walden, é dar exemplo ao público. A reforma privada é o pré-requisito para uma reforma pública. Se a conta não fechar na vida particular de cada pessoa, a conta também não fechará na vida social. Assim, a contabilidade da vida proposta por Thoreau no experimento da cabana foi, a primeira vista, empreendimento particular, porém, que legou um fruto filosófico dos mais estimáveis. Ao pensar a individualidade da vida privada, Thoreau fundamenta a reforma da vida coletiva e do sistema social, e, a partir disso, pensa através de questionamentos a própria democracia.

Ao construir a cabana na beira do lago e morar lá durante dois anos, dois meses e dois dias, Thoreau não se ausentou do mundo civilizado, até pelo fato de que sua cabana estava relativamente próxima da cidade. As visitas eram constantes e suas idas para a vila aconteciam corriqueiramente. No entanto, morar a beira do lago lhe

⁶Não é exagero lembrar que Walden é a obra fruto de sua aventura nos dois anos que esteve em sua cabana na beira do Lago Walden. O nome do lago lhe serviu de título a obra, que conta sua experiência de viver com simplicidade e com apenas o essencial para a sobrevivência.

⁷É interessante pensar que Thoreau traz em sua pauta questões que Marx discorre de um modo diferente mas com relevância semelhante. O termo *alienação* que utilizei aqui não está em Thoreau, mas se encaixa perfeitamente no contexto.

permitiu experimentar uma conduta com alto teor moral que a democracia vivida na América não lhe permitia.

Democracia e questionamento moral do sistema

Thoreau, longe de ser antidemocrático, sabia que a democracia na forma em que se apresentava aos americanos, tinha defeitos estruturais que se chocavam com seu modo de viver e pensar. Viver a democracia no início do século XIX, considerando a guerra no México e a Escravidão, implicava entrar em choque consigo mesmo. Aceitar este choque seria como esquecer a individualidade moral; abandonar os próprios princípios em razão de condutas contraditórias entre liberdades e sociedade americana escravista.

A vida moralmente viável em Thoreau pressupõe questionar veementemente a democracia americana e seu sistema institucional. A convivência política seria, para Thoreau, um abandono de princípios inaceitável a qualquer cidadão.

Se a democracia americana cria seus princípios com ênfase no sistema escravista e mantém uma postura ativa de guerra contra vizinhos, então confrontar este sistema é um princípio moral. Virar as costas para a cidade não resolve o problema da relação indivíduo com o estado, mas é um ponto fundamental para mostrar deslealdade ao governo.

A postura de Thoreau refletida em *Walden* nos instiga a continuar refletir mais de um século depois. Os valores liberais que simbolizam a liberdade de expressão, a consciência, a possibilidade de desobediência aos governos, em contrastes com a prática democrática são pautas de relevância contemporânea.

E para Thoreau tais pautas não custaram pouco. Ao morar na cabana a beira do lago Thoreau pensa sobre política, economia e consciência. Estabelece relações diversas e questiona sobre a conduta humana: até mesmo os doze trabalhos de Hércules tiveram fim, mas o trabalhador de sua época, denunciava Thoreau, vivia para o trabalho que sequer conseguia justificar com fundamento. Até que ponto os mais altos valores de liberdade e de consciência conseguem sobreviver neste sistema democrático, é uma questão de relevância em Thoreau.

Dois pontos são cruciais no posicionamento moral de Thoreau em relação a democracia que ainda nos instigam a pensar: o consentimento do cidadão em relação ao governo e a sua capacidade (inadequada)⁸ de representar o povo, priorizando cargos e instituições em detrimento das pessoas.

A visão crítica de Thoreau em relação a democracia, considerando como campo de ação a postura moral, nos serve de base para repensar a democracia na conjuntura atual. Mesmo não sendo proposta deste trabalho, convém entendermos que muitos dos questionamentos levantados por ele continuam pertinentes e carentes de respostas. Como apontado por Jenco, Thoreau formula uma pergunta sobre “qual o melhor tipo de política que possa considerar a manutenção dos compromissos morais dos cidadãos (JENCO. 2009. p.70). A pauta moral em Thoreau ganha proporções alarmante e atemporal ao pontuar a impossibilidade de se viver sem considerar o que é certo para sua própria consciência. Fazer o que é certo não é uma alternativa disposta ao cidadão, mas um dever, como um imperativo moral.

Jack Tuner, em, *Na companhia política de Thoreau*, faz menção ao famoso artigo de George Kateb, de 1984, onde se afirma que Thoreau, junto de Emerson e Whitman, são representantes de uma nova forma de pensar a democracia, “uma excelência centrada na liberação das energias humanas, na transcendência de status,

⁸A Crítica da Democracia de Thoreau, de Leigh Kathryn Jenco, na edição de Jack Tunner nas referências. Neste ponto do trabalho sigo na interpretação de Jenco acerca do tema.

aceitação dos perigos e oportunidades de sermos criaturas autoconscientes, capazes de ver a nós mesmos (TUNER. 2012. p03)”.⁹

Thoreau ilustra estas leis da natureza em diversas situações, tanto na *Resistência ao Governo Civil* quanto em *Walden*. O exemplo mais notável é quando ele faz referência a duas sementes que caem próximas uma da outra, e que, não haveria possibilidade de uma buscar a luz ao se sujeitar a sombra da outra. A natureza exige através de suas leis que cada qual busque por seu ambiente mais favorável, assim como se exige do ser humano.

Este exemplo que adaptei para ilustrar o pensamento de Thoreau mostra que o ser humano político é uma extensão do ser humano moral, forjado por princípios ditados pela natureza. Um ser humano não viveria plenamente se violasse seus fundamentos morais, assim como uma planta, em uma condição de desenvolvimento, não sobreviveria ao abrir mão da luz em prol de uma outra que disputa por espaço.

O papel do indivíduo na sociedade e suas relações com a natureza foi uma filosofia *Transcendental* cujo fruto abriu caminho para o modernismo americano. A forma de pensar e agir foram profundamente afetadas pela filosofia *transcendental* cuja linguagem moldou a literatura e filosofia americana do século XIX.

Mesmo ao partir de um ponto um tanto obscuro, como é o caso do argumento de Emerson, o qual afirma que todo pensamento moral deriva de uma lei superior da natureza, onde esta daria as referências, como mandamentos a serem seguidos pelos indivíduos, Thoreau conduz sua vida inquestionavelmente seguindo princípios de sua consciência. Esta obscuridade é uma interpretação de Leigh Kathryn Jenco acerca do argumento de Emerson que fundamenta o *Transcendentalismo*. “Todas as coisas são morais e, em seus limites, as mudanças têm uma referência incessante à natureza espiritual. . . . [cada mudança] deve sugerir ou tropejar para o homem as leis do certo e do errado e ecoar os Dez Mandamentos.”¹⁰ (TURNER. 2009.p70)”.¹⁰

É nesta esteira que Thoreau pauta sua moralidade, a partir de sua consciência que estaria, segundo o pensamento *transcendental* conectado com a natureza. E que deste modo, sua compreensão moral e sua conduta são inalienáveis, pois são baseados em princípios superiores.

Thoreau contrapõe a sua conduta moral aos órgãos que dão legitimidade ao governo e compreende que, como indivíduo ele é um fragmento do divino e que sua conduta está de acordo com sua consciência. Esta ligação, segundo o transcendentalismo, é ponto de partida para o argumento de *resistir ao governo*, preceito do ensaio de Thoreau¹¹.

Em ensaio publicado na coletânea *Na companhia política de Thoreau*, Turner segue sua ilustração de como Nancy Roseblum e George Kateb tratam da moralidade em Thoreau, uma vez que considera o ambiente no qual Thoreau faz parte, o romantismo e o transcendentalismo:

⁹ An excellence centered on the liberation of human energies, the transcendence of status, and the acceptance of the dangers and opportunities of being self-conscious creatures, able to see ourselves, see through and around ourselves.

¹⁰ All things are moral, and in their boundaries changes have an unceasing reference to spiritual nature. . . . [every change] shall hint or thunder to man the laws of right and wrong, and echo the Ten Commandments.

¹¹ As referências que apresento aqui considerando fragmentos do transcendentalismo e do romantismo, formam uma síntese do que tratei anteriormente do assunto, e reforçam o que disse acerca de ir e vir em temas, pois, em Thoreau, esse é o ritmo da filosofia e da prática da vida.

Kateb colocou maior ênfase do que Rosenblum fez nas restrições morais da individualidade democrática de Thoreau. O certo e o errado são objetivos, e não subjetivos, para o Thoreau de Kateb, o bom senso incorrupto é adequado ao seu discernimento. Tanto Rosenblum quanto Kateb viram a tensão entre as reivindicações da moralidade e as reivindicações da vida na ética de Thoreau, mas Rosenblum se concentrou naqueles momentos em que Thoreau exige a emancipação da vida dos ditames da moralidade (herdada), enquanto Kateb enfatizou como a fidelidade de Thoreau à vida em última análise, exige respeito pela igualdade de direitos e pela dignidade de cada ser humano (TUNER. 2012. p04)¹².

Além de Kateb e Rosenblum, Stanley Cavell em *The Senses of Walden*, estabeleceu novas formas de pensar Thoreau enquanto autor de filosofia política, com a peculiaridade da democracia e da individualidade, ressaltando os princípios morais da ação em Thoreau. Cavell foi o primeiro dos mais expressivos em Harvard a considerar a obra Walden com teor de escrito político. A mudança de foco fez com que, a partir de Cavell, a obra de Thoreau além de parte dos currículos de estudos americanos, estivesse na pauta dos estudos políticos.

A relevância de Stanley Cavell está no fato de que ele é um dos pioneiros em Harvard a considerar a literatura, o teatro e o cinema como fontes de estudos da filosofia. E ao emparelhar textos clássicos de filosofia com literatura, teatro e cinema, Cavell se aproxima dos escritos de Thoreau. Neste sentido, a linguagem comum pode receber atenção filosófica e a consequência disso é que pode ser constatado que há filosofia no cotidiano.

Cavell aprofunda seus estudos de linguagem em Austin e Wittgenstein e traz novamente ao cenário dos estudos filosóficos Emerson e Thoreau, que eram amplamente estudados enquanto *escritores americanos*.

É a partir de Cavell que a academia volta o olhar para a filosofia de Thoreau e percebe, principalmente com Walden, a filosofia de vida nos princípios éticos, cuja mensagem é um apelo a transformações de vivências, assim como contido na obra de filósofos clássicos.

O posicionamento moral de Thoreau, como mencionei anteriormente, é um tanto difícil de conceber ao levarmos em conta o *privatismo*. Lawrence Buell, em *Pensando Desobedientemente*, nos coloca diante da seguinte questão: “até que ponto podemos reconciliar o Thoreau que preferiu a companhia da natureza à sociedade humana com o pensador político e anti-escravatura que sofreu prisão por causa da consciência? (BUELL. 2024. p96)”.

Buell nos sugere uma ação comparativa entre o autor e suas duas principais obras: o Thoreau da Resistência ao Governo Civil e o autor de Walden. Para Buell, a relação entre o político e o poeta naturalista era “tanto uma tensão simbiótica como uma antítese completa (idem. p96)”.

O ponto de encontro, sem forçar um caminho para aproximar, seria o quesito *moralidade*. Thoreau propunha *virar as costas* para a sociedade enquanto direito inalienável de consciência. Por outro lado, foi ativo em pronunciamentos contra a Guerra do México e as ações antiescravistas de John Brown.

O conceito de *resistência civil* é um dos mais importantes da história do pensamento político. Essa concepção defende que o indivíduo tem o direito de desobedecer às leis injustas. Sócrates e Antígona são dois exemplos clássicos. Em

¹² Kateb placed greater stress than Rosenblum did on the moral constraints of Thoreauvian democratic individuality. Right and wrong are objective, not subjective, for Kateb's Thoreau, and uncorrupted common sense is adequate to their discernment. Both Rosenblum and Kateb saw tension between the claims of morality and the claims of life in Thoreau's ethics, but Rosenblum focused on those moments when Thoreau demands the emancipation of life from the dictates of (inherited) morality, while Kateb emphasized how Thoreauvian faithfulness to life ultimately requires respect for the equal rights and dignity of every human being.

Antígona, a postura moral diante de um decreto é o gerador da tragédia. Antígona se percebe diante do dilema de manter a vida ou afrontar o governo. O fato norteador da postura de Antígona é o decreto que determina que o corpo do irmão seja deixado sem os ritos funerários. O preço a tal afronta a honra do irmão é alto a se pagar, mas necessário do ponto de vista moral de Antígona. A desobediência ao não atender o decreto e providenciar um enterro para o corpo, leva Antígona para a prisão, culminando em sua morte.

O entendimento de Antígona para desobedecer é a crença em uma *lei superior*. Uma lei que isenta as pessoas de questões de menor importância. Ou seja, considerando os ritos simbólicos de um funeral e a relevância que isso adquire dentro de uma dimensão na vida e na morte, um desentendimento de condutas mundanas como a do rei Creonte com Polinices, não deveria culminar na afronta de negar-lhe o enterro digno de sua honra. Assim, a morte do irmão ordenada pelo rei Creonte não é o fato principal nem o motivo da desobediência. Mas o decreto que nega o enterro é medido como a gravidade que determina a ação desobediente de Antígona.

Ela se vê diante de uma questão que não lhe permite escolha. Há um só caminho. Desobedecer o decreto para não viver uma vida desonrosa. E este ímpeto de garantir que sua consciência não seja ferida pela convivência com um ato que entende como grave, é semelhante ao posicionamento moral de Thoreau. Ou seja, em um contexto diferente Thoreau se coloca na mesma situação moral de Antígona, entendendo que o caminho a ser percorrido não lhe permite outra opção.

Em Sócrates o ritmo toca um pouco diferente. Mas o princípio é o mesmo: a superioridade da lei da consciência, a lei que sentimos pulsar e entendemos como superior.

A condenação de Sócrates não lhe tirou a dignidade de afirmar que a verdade e a justiça estão em um patamar mais elevado que os equívocos humanos. Porém, diferentemente de Antígona, ele aceita a pena do encarceramento e depois a morte ao considerar que sua recusa colocaria em questão o ordenamento jurídico e social que ele mesmo era parte. Deste modo, negar a construção coletiva de um sistema político e jurídico do qual lhe serviu para viver, seria uma ação com mais dano que sua própria morte.

Os três exemplos de desobediência têm fundamentos semelhantes. As sutis diferenças são que em Antígona a lei divina é superior e determina as mais altas obrigações das pessoas, enquanto que para Sócrates a superioridade está na verdade filosófica e no dever ético, e em Thoreau quem deve determinar a ação é a consciência.

Thoreau argumenta que o indivíduo deve seguir a sua consciência, mesmo que isso signifique desobedecer à lei. Ele acredita que a lei não é sempre justa ou moral, e que o indivíduo deve ter o direito de questioná-la.

Essa recusa em ser conivente com um Estado *escravocrata e bélico* como era a nação norte-americana na época de Thoreau¹³, gera agora um desconforto na justificativa por um *estado de direito*.

¹³Há de se pensar hoje a condição dos imigrantes diante do governo Trump, como jornada de trabalho e custo de vida, e, como já citado, a mudança de nome do Golfo do México, bem como o apoio logístico, financeiro e militar ao governo de Israel em conflitos incessantes com a Palestina e o Irã, entre outros.

(...) uma vez que a teoria da desobediência civil possui conteúdo ideológico de feição naturalmente explosiva e contestatória. Ora, os valores da ordem e da segurança jurídica sempre foram privilegiados pelo pensamento jurídico ocidental, de maneira que a aceitação da desobediência civil como categoria integrante da dogmática tradicional mostra-se, senão paradoxal, ao menos problemática (MOURA. 2014. p. 158).

Neste sentido, a resistência ao governo quando desacompanhada de uma tomada de consciência que a justifica, passa a ser um embaraço como ressalta Moura. No entanto, a citação acima é um argumento que ilustra um posicionamento jurídico que referencia um ordenamento. Mas Thoreau não discute a questão jurídica da desobediência. E isso é algo importante a se considerar. Para ele as instituições e os órgãos em um governo relapso devem ser combatidos.

Thoreau não poderia discutir justiça com um governo que ele não reconhece como legítimo. O fato é que se ele reconhecesse o governo teria necessariamente que aceitar a condição de governado e as ações do governo. E é este o ponto fundamental de enfrentamento em Thoreau: ele clama pelo fim *daquele* governo e não por um ajuste fino. O debate contemporâneo acerca do ordenamento jurídico referente a desobediência é anacrônico em relação aos interesses morais de Thoreau.

Mesmo diante de um governo democrático, segundo Thoreau, há uma coerção de vontades. O ser humano, para o filósofo, está obrigado a abrir mão de sua consciência em prol da maioria.

Afinal, a razão prática por que se permite que uma maioria governe, e continue a fazê-lo por um longo tempo, quando o poder finalmente se coloca nas mãos do povo, não é a de que esta maioria esteja provavelmente mais certa, nem a de que isto pareça mais justo para a minoria, mas sim a de que a maioria é fisicamente mais forte. Mas um governo no qual a maioria decida em todos os casos não pode se basear na justiça, nem mesmo na justiça tal qual os homens a entendem. Não poderá existir um governo em que a consciência, e não a maioria, decida virtualmente o que é certo e o que é errado? (THOREAU, 2011).

O questionamento de Thoreau é certamente parte do que Jonathan Mackenzie chama de pensar diferenciado. Novos horizontes para o pensar político são propostos, não pelas respostas que *Resistência ao Governo Civil* nos propõe, mas pela ampla gama de questões que nos fornece.

Ao considerarmos o Estado Americano no século XIX, escravocrata e em guerra com o México, faz com que o filósofo se negue aceitar a condição de súdito (sequer cidadão), pois, segundo ele, o Estado não seria mais forte que um único homem devido ao fato de se dobrar diante da vontade deste. A amargura de Thoreau está no fato de ser contrariado no pagamento de impostos devido ao fim que os recursos públicos ganhariam. Sua luta é para que a riqueza do Estado não seja a financiadora da guerra e da escravidão.

Em *Resistência ao Governo Civil*, Thoreau afirma que jamais será conivente com um estado que escraviza e invade outra nação. E, segundo ele, há de se buscar uma outra forma de estado e de governo, cujos homens possam decidir se farão parte ou viverão a parte dele.

Será a democracia, tal como todos a conhecem, o último estágio de desenvolvimento possível em matéria de governo diante do cidadão em sua singularidade moral?¹⁴ Não será possível dar um passo além no sentido do

¹⁴O questionamento que apresento aqui de modo retórico, e em Thoreau há muito disso, é para ilustrar o legado de questionamentos acerca da moralidade (consciência inalienável) e da conduta política (resistência ao governo). Para não ser

reconhecimento e da organização dos direitos do homem enquanto ser único, de moral inalienável? Esse questionamento feito por Thoreau no final de *Resistência ao Governo Civil* não obteve resposta mesmo ao se considerar a seguinte passagem:

Agrada-me imaginar um Estado que, afinal, possa permitir-se ser justo com todos os homens e tratar o indivíduo com respeito, como um seu semelhante; que consiga até mesmo não achar incompatível com sua própria paz o fato de uns poucos viverem à parte dele, sem intrometer-se com ele, sem serem abarcados por ele, e que cumpram todos os seus deveres como homens e cidadãos. Um Estado que produzisse este tipo de fruto, e que o deixasse cair assim que estivesse maduro, prepararia o caminho para um Estado ainda mais perfeito e glorioso, que também imaginei, mas que ainda não avistei em parte alguma (THOREAU. 2011. p.57).

Quando o autor norte-americano diz que ainda não avistou *Estado* da forma como ilustra no final de *Resistência ao Governo Civil*, não significa que em sua obra esteja ausente a conceitualização do que seria um *Estado razoável*, o qual respeitasse o indivíduo e sua conduta moral. "Nenhum homem com gênio para legislar apareceu na América. Eles são raros até na história do mundo" (THOREAU. 2011. p.55), diz o filósofo. E como seria este homem? Quais seriam os requisitos para um legislador a altura do pensamento de Thoreau que possa contemplar um Estado com um governo justo diante de um cidadão de moral íntegra?

Logo nas primeiras linhas de *Resistência ao Governo civil* o autor é enfático ao afirmar que, não havendo modos de fugir do inconveniente de um governo, que se construa a conveniência de um governo nos princípios da razoabilidade¹⁵: "Porém, (...) ao contrário daqueles que chamam a si mesmos de antigovernistas, eu clamo não já por governo nenhum, mas imediatamente por um governo melhor" (THOREAU. 2011. p.10).

E qual seria este *governo melhor* ou este princípio de razoabilidade do governo diante da moralidade do cidadão?¹⁶ O autor nos instiga a pensar acerca do ponto em que se reflete um paradoxo: "Se injustamente arrebatei a tábua de salvação a um homem que se afogava, devo devolvê-la a ele mesmo que me afogue (...). Mas aquele que salvasse sua própria vida, em tal caso, acabaria por perdê-la (THOREAU, 2011, p.16)."

A este paradoxo do afogamento, Thoreau afirma que o posicionamento moral do indivíduo é altamente considerável. Como os ditados que dizem "*dos males o menor*", ou, "*que se vão os anéis e fiquem os dedos*", para Thoreau os ditados são outros, contrários a estes: *que se vão anéis e dedos*, ou, *doa a quem doer*. Ou seja, não há uma reserva de garantias, não há meio termos para a moralidade em Thoreau. Conforme a citação do que considero o paradoxo moral, se me salvo do afogamento subtraindo para mim o meio de salvação que era de outro, então, mesmo ao me salvar do afogamento estarei me perdendo diante de minhas exigências morais.

Thoreau ilustra a salvação de uma pessoa do afogamento a custas do afogamento de outro, como algo inadmissível. Considera que quem se salva fazendo

compreendido de modo redundante na questão, basta assinalar que a passagem reforça a ilustração de que, para Thoreau, o posicionamento político é uma postura de moralidade. Defendemos anteriormente, na esteira de especialistas, uma concepção thoreauviana de apreço a democracia, e, com esse questionamento retórico agora, pretendo deixar claro que a existência da democracia pressupõe questões qualificadas como Thoreau a propõe.

¹⁵O termo *razoabilidade* que utilizo neste trabalho, reafirmo aqui que não está contido explicitamente na obra de Thoreau. O Estado Razoável que busco ilustrar ao considerar a obra, é uma inferência minha que justifico neste trabalho. Nem em Thoreau, tampouco nos principais autores que tratam do tema, constatei o termo *estado razoável*. Assim, minha solitária empreitada será mostrar que, ao resolver pautas urgentes de um governo, o estado, ao olhar de Thoreau não ficaria perfeito, mas já estaria muito além de uma organização opressora e em desacordo com a consciência dos cidadãos.

¹⁶ Retoma aqui um questionamento retórico que ilustra meu propósito no momento para dissertar sobre princípios morais em Thoreau, quando o assunto em si será tratado no último capítulo.

uso de tal artifício, acaba por se perder no limbo da imoralidade. E esta ilustração lhe serve para exemplificar o Estado. Pois, neste sentido, a ação do Estado é semelhante a ação das pessoas. O governo que viver à custa da subtração de outras nações, não tem mais sentido de existência. Garantir o engrandecimento de um Estado através da aniquilação de outro, é o mesmo que decretar a sua própria aniquilação também. Pois, a fundamentação em um Estado onde as exigências morais e os ordenamentos jurídicos deveriam dar a estrutura da vida social, acaba por ser negligenciado e o colapso moral da sociedade é inevitável.

No argumento “*este povo deve deixar de ter escravos e de fazer guerra ao México, mesmo que isso lhe custe sua existência como povo*”, o paradoxo é esclarecido. A ética contida em *Resistência do Governo Civil* torna-se clara. O homem (enquanto cidadão e enquanto universo singular) é o ponto de partida para a coletividade. Se o homem é o fundamento do Estado, então, sua conduta moral é alicerce das ações de governo em um sistema democrático. Deixar de conduzir a guerra com o México é uma questão de sobrevivência moral para o Estado. Assim, se o empreendimento de guerra e apropriação de territórios não parar, para Thoreau o Estado Americano está perdido em seus próprios fundamentos de liberdade.

Deixar a guerra e terminar com a escravidão ganha uma proporção moral no qual ele afirma que mesmo ao custo de sua própria sobrevivência, no caso o Estado Americano, é de fundamental necessidade. O custo é extremo, e este é o fundamento da moralidade em Thoreau. Não há caminhos no plural para seguir. O que há é apenas um rumo: às exigências morais para o cidadão e o Estado são inegociáveis.

Considerar a moralidade como forma de emancipação do cidadão diante do governo foi o rumo traçado por Thoreau em *Resistência ao Governo Civil* e outros escritos.

No ano de 1838, um ano após sua graduação em Harvard, enquanto trabalhava com o irmão Jhon no projeto de uma escola preparatória na cidade de Concord, o movimento liderado por Garrison realizou uma importante alteração estratégica na pauta da luta antiescravista, recomendando a não participação política pelo voto e concentrando os esforços emancipatórios exclusivamente na esfera moral. Abster-se do direito ao voto era a forma de não-cooperação com as ações violentas do Estado (MEDEIROS. 2019. p.12).

Qual é o papel do consentimento em ações e decisões políticas de governo? Abster-se para não tornar a ação individual conivente também não garante necessariamente um ajuste de posição do governo. Deixar de votar foi uma medida, mas, para Thoreau a pauta é bem maior que para seus contemporâneos abolicionistas. Além desta questão de suma relevância está outra, que faz a ligação entre o posicionamento romântico com o transcendentalista: quais seriam os limites das obrigações políticas ao considerarmos a natureza em primeiro plano?

Estes questionamentos, que tratarei com maior profundidade no terceiro capítulo, se somam ao ponto fundamental de minha pesquisa que são as exigências morais para a participação democrática e, por decorrência, as possibilidades de desobediências.¹⁷

Na obra de Thoreau, moral e política continuam como ações diversas como na tradição filosófica moderna, porém, a conduta humana para a construção política de um determinado governo, dentro da razoabilidade¹⁸ de um Estado, é uma atitude

¹⁷ Estas questões são formuladas por diversos autores com propósitos diversos, com maior ênfase as perguntas levantadas por Bob Pepperman Taylor são temas de pesquisas em abertos.

¹⁸ Cabe enfatizar em diversas passagens dentro deste trabalho que o argumento em minha pesquisa sobre o Estado Razoável em Thoreau é um levantamento que faço para um caminho ainda não trilhado, uma vez que o termo não consta na obra de Thoreau, como já mencionei em outra nota e tampouco foi referência de pesquisas.

moral, e nisso também consiste uma diferenciação na abordagem do termo *resistência* e desobediência.

O deslocamento da esfera política para a esfera da persuasão moral é um passo decisivo para compreender as diferenças entre atos de desobediência civil e atos de resistência ao governo civil. De acordo com a influente definição proposta por John Rawls, (...) os atos de desobediência civil estão intrinsecamente vinculados aos processos institucionais de deliberação legislativa, bem como a aceitação da vigência da legislação e de seus efeitos, enquanto que outras formas de dissensão ou resistência política não seriam dependentes da aceitação do pressuposto da justificação da legislação pelo mecanismo de representação subsumido no exercício do voto (MEDEIROS. 2019. p.13).

Assim, deixar de votar seria um dos possíveis caminhos para a não convivência com o Estado, bem como não devolver escravos fugitivos para os estados escravistas do sul. A consciência individual, segundo Thoreau, deveria sempre assumir um lugar de destaque para ações tanto na singularidade de cada indivíduo quanto na esfera de ações coletivas.

Conclusão

Assumir uma postura de *resistência* é uma condição de vida em Thoreau. A moralidade necessária para a afirmação *quanto menos governo melhor* é um preço político a ser pago. Para Buell, “Thoreau enquadra o seu próprio protesto não apenas como uma rejeição não violenta de um regime corrupto que trava uma guerra injusta, a fim de expandir a instituição injusta da escravidão, mas também, de forma mais combativa, como um ato de resistência justificado pelo direito de revolução no espírito de 1776 (BUELL. 2024. p96)”.¹⁹

Para Thoreau, a consciência do indivíduo está acima de qualquer constituição. É a partir desta consciência, que reflete toda gama de moralidade, onde está posta a balança que se torna o árbitro das ações: é neste ponto que se determina, em Thoreau, a medida da tolerância da injustiça e seus desdobramentos.

¹⁹ In “Civil Disobedience,” however, Thoreau frames his own protest not simply as a nonviolent disavowal of a corrupt regime waging an unjust war in order to expand the unjust institution of slavery, but also, more pugnaciously, as an act of resistance justified by the right of revolution in the spirit of 1776.

REFERÊNCIAS

- TURNER, Jack. **A Political Companion To Henry David Thoreau**. 2009. University Press of Kentucky.
- BUELL, Lawrence. **Thinking Disobediently**. Oxford University Press 2024.
- MEDEIROS, Eduardo Vicentini de. **Thoreau: Moralidade em primeira pessoa**. Pelotas: NEPFIL Online. (Série Dissertatio Filosofia), 2018.
- MEDEIROS, Eduardo Vicentini de. **Thoreau: resistência ou desobediência?** Dissonância: Revista de Teoria Crítica, v. 3 n. 1, Dossiê Desobediência Civil, Campinas, 1. semestre 2019. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/teoriacritica/article/view/3577/3042>.
- TAYLOR, Bob Pepperman. **A Fundação Americana de Thoreau**. In: TURNER, Jack. **A Political Companion To Enry David Thoreau**. 2009. University Press of Kentucky.
- TOCQUEVILLE. Alexis de. **A Democracia na América**. Martins Fontes. 204.
- THOREAU, Henri David. **Walden**. Tradução: Alexandre Barbosa de Souza. 2019. Edipro.
- THOREAU, Henry David. **A desobediência civil**. Tradução: Sérgio Karam. 2011. LPM.
- JENCO, Leigh Kathryn. **A Crítica da Democracia de Thoreau**. In: TURNER, Jack. **A Political Companion To Enry David Thoreau**. 2009. University Press of Kentucky.
- DUMM, Thomas L. **A Solidão de Thoreau**. In: TURNER, Jack. **A Political Companion To Enry David Thoreau**. 2009. University Press of Kentucky.